

PMDB ainda não definiu projeto para a Constituinte

10 NOV 1985
Da Sucursal de Brasília

A exceção do PMDB, todos os demais partidos políticos com representação na Câmara formaram comissões ou grupos de estudo para definir os programas que defenderão na Assembléia Nacional Constituinte e nas campanhas eleitorais de 1986.

A indefinição do partido do governo e sua "falta de compromissos claros com a Constituinte" foram alguns focos da crítica formulada pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS), 52, ao anunciar na tribuna da Câmara, há poucos dias, sua disposição de não disputar uma cadeira de parlamentar constituinte no pleito do próximo ano. "Um partido tem que ter pontos claros para que o eleitor identifique o programa com seus candidatos. Se isso não ocorrer, muita gente pode, por exemplo, votar num parlamentarista e eleger um presidencialista, já que o partido não apresenta seus compromissos com a Constituinte", afirmou.

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), 38, admitiu à Folha que o partido não possui, em relação à futura Assembléia, "as linhas mestras" de sua conduta. "O que nós temos são nossas propostas básicas de governo inscritas no programa do partido, mas queremos ouvir a sociedade a respeito da Constituinte e vamos fazê-lo no início do ano que vem. Poderemos até organizar uma comissão para isso e, sem dúvida, o deputado João Gilberto, por suas qualificações, terá uma participação expressiva".

O PFL foi um dos primeiros partidos a preocupar-se com a matéria, tendo constituído um grupo de "notáveis" para elaborar o ideário do partido à Constituinte, logo no início da "Nova República". É presidido pelo ex-deputado Laerte Vieira e

integrado por juristas como Afonso Arinos de Mello Franco e pelo assessor especial da Presidência da República, Célio Borja.

"Antes de mais nada, temos que considerar que nosso partido abraça uma ponderável corrente parlamentarista —disse Laerte Vieira— e, por isso, estamos analisando até onde o PFL pode admitir a tese como sua". E acrescentou: "Também estamos estruturando um programa para uma nova distribuição de renda com o fortalecimento dos municípios e Estados".

No PDS, os trabalhos neste sentido estão entregues à Fundação Milton Campos, cujo presidente, deputado José Bonifácio, revelou que o partido vai adotar três princípios básicos em relação à Constituinte. Segundo afirma, o primeiro deles é a "institucionalização da democracia", implicando definições sobre o fortalecimento dos partidos, o funcionamento político do governo, a definição sobre parlamentarismo ou presidencialismo, o processo eleitoral e outros. "Em segundo lugar, vamos definir a Federação, examinando nesse aspecto a necessidade de descentralização, o aproveitamento das elites regionais, o repasse de serviços públicos para os Estados e municípios", afirmou.

"E, em terceiro —proseguiu—, vamos nos posicionar sobre o problema demográfico, o que envolve questões de política agrária e de desconcentração das grandes cidades. Essa é a nossa metodologia para abordagem da Constituinte. Todos os demais problemas decorrem, a nosso ver, desses três princípios".

Outros partidos também vêm tomando posição em relação à Constituinte, havendo comissões específicas para o trate da questão no PDT, PTB, PT, PCB e no PC do B.